



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VICENTE FELIX CORREIA**

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

MARCOS BARROS MÉRO

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPARETTO MENDONÇA NETO

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 19 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4371/2013.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Piaçabuçu.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se ao interessado cópia da manifestação do órgão de execução juntada à fl. 69. Em seguida, archive-se.

Proc: 319/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 39, archive-se.

Proc: 201/2016.

Interessado: Ativa Serviços Gerais Ltda.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de repactuação do contrato nº 37/2012. Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - SINDILIMP/SEAC/AL, registro no MTE nº AL000012/2016, com reajuste nos salários e vale-alimentação. Equilíbrio financeiro do contrato diante a aplicação das disposições do Decreto nº 8.175 de 07 de janeiro de 2016 que majorou para R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) o preço do vale-transporte para o Município de Maceió, com efeitos a partir do dia 10 de janeiro do corrente ano. Aplicação da Lei nº 6.515, de 15 de dezembro de 2015, de majoração da alíquota do ISS de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) para 5% (cinco por cento), a partir do dia 15 de março do corrente ano. Contrato vigente. Pedido tempestivo. Parecer do gestor do contrato. Serviço contínuo e necessário. Aprovação da planilha de custos e formação de preços. Previsão na cláusula décima-terceira, item 13.1, alínea "c" do contrato e art. 65 inciso II, alínea "d" e § 5º da Lei nº 8.666/93. Apresentação das certidões de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa. Informação de disponibilidade orçamentária e financeira. Pelo deferimento, sendo que os efeitos financeiros decorrente da repactuação dos contratos administrativos devem retroagir à data base da categoria e da vigência previstas na legislação vigente. Possibilidade jurídica dos reajustes e ulterior formalização de Termo Aditivo do Contrato de prestação de serviço de limpeza, manutenção e conservação nº 37/2012. Pelo deferimento, sugerindo o envio dos autos ao gestor do contrato para atualização dos valores e ulterior envio ao setor de convênios e contratos".

Proc: 1449/2016.

Interessado: Fernando Antônio Souza Dórea.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Peças de informação. Requerimento de suspeição de iniciativa de membro deste Ministério Público. Incidência do art. 148, I, do CPC, c/c. Art. 9º, XIII, da LC nº 15/96. Pelo deferimento, com as providências de estilo". Designo a Dra. Marluce Falcão de Oliveira, 55ª Promotora de Justiça da Capital, para atuar no Proc. 1449/2016, em tramitação na 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Lavre-se a portaria necessária. Em seguida, remeta-se o feito ao órgão de execução dotado de atribuição.

Proc: 2382/2016.

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Ao interessado para conhecimento, voltando.

Proc: 2465/2016.

Interessado: Procuradoria do Trabalho no Município de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2520/2016.

Interessado: Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Assunto: Encaminhamento de laudos técnicos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital, e de traslado à Promotoria de Justiça de Murici, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2531/2016.

Interessado: Maria José Izidio do Nascimento.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 2568/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Manifestação nº 20160062821).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2573/2016.

Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido, nos termos da informação de fls. 3 e 6. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 2650/2016.

Interessado: SERVEAL - Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2778/2016.

Interessado: Dra. Juçara Tavares Suruagy do Amaral, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2844/2016.

Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2896/2016.

Interessado: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2909/2016.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000839/2015-01).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2922/2016.

Interessado: IFAL - Campus de Marechal Deodoro.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2931/2016.

Interessado: Rui Soares Palmeira, Prefeito de Maceió.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 2406/2016.

Proc: 2940/2016.

Interessado: União dos Policiais e Bombeiros Militares de Alagoas.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face da perda do objeto, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2946/2016.

Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Alagoas - Simpeal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2967/2016.

Interessado: Dr. José Carlos Silva Castro e Dr. Napoleão Amaral Franco, Promotores de Justiça e Coordenadores do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2970/2016.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social - SERIS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2971/2016.

Interessado: Victor Hugo Lessa Pierre, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 2981/2016

Interessado: GECOC.

Assunto: Encaminhamento de documentos (PIC nºs 05/2015 e 27/2016).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3015/2016.

Interessado: Secretaria da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 3006/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3007/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3008/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3009/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3010/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3011/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3012/2016.

Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos à douta Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3013/2016.  
Interessado: 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Remetam-se os autos à d. Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3014/2016.  
Interessado: 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Remetam-se os autos à d. Coordenação da Procuradoria Cível para os fins de direito.

Proc: 3016/2016.  
Interessado: 22ª Promotoria de Justiça da Capital.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Oficie-se, como requerido.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de julho de 2016.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves  
Assessora Técnica  
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 251987

PORTARIA PGJ nº 602, DE 19 DE JULHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, JACKSON COSTA DOS SANTOS e THIAGO HENRIQUE AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE CHADA, para comporem, sob a presidência do

primeiro, a Comissão de Licitação da Procuradoria Geral de Justiça até o dia 31 de dezembro, com efeitos retroativos ao dia 18 de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 603, DE 19 DE JULHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 3017/2016, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. LUIZ BARBOSA CARNAÚBA, 5º Procurador de Justiça Criminal, de 2ª Instância, com efeitos retroativos ao dia 18 de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 604, DE 19 DE JULHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, 55ª Promotora de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. 1449/2016, em tramitação na 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 251984

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PROCESSO Nº 5099/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).  
FORNECEDOR: D & T COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ nº 08.599.775/0001-37).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADAPTADOR PARA TOMADA PADRÃO ANTIGO 2P+T; Adapta a tomada de padrão antigo 2p+t em padrão novo 2p+t; Desenvolvido em conformidade com a norma NBR14136; Corrente nominal 10A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 12091S	Unidade	100	R\$ 3,94	R\$ 394,00
2	ADAPTADOR PARA TOMADA PADRÃO NOVO 2P+T; Adapta a tomada de padrão novo 2p+t em padrão antigo 2p+t; Desenvolvido em conformidade com a norma NBR14136; Corrente nominal 10A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 12091S	Unidade	100	R\$ 3,26	R\$ 326,00
3	BATERIA ALCALINA 9 VOLTS - Composição química: dióxido de manganês, zinco, hidróxido de potássio, grafite e Óxido de zinco; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Elgin 9V	Unidade	100	R\$ 7,09	R\$ 709,00
7	CABO FLEXÍVEL DE 1,5MM - Cor: vermelho; Secção: 1x1,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 55,40	R\$ 554,00
8	CABO FLEXÍVEL DE 1,5MM - Cor: preto; Secção: 1x1,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 56,90	R\$ 569,00
9	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MM - Cor: azul; Secção: 1x2,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 96,29	R\$ 962,90
10	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MM - Cor: preto; Secção: 1x2,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 84,98	R\$ 849,80
11	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MM - Cor: vermelho; Secção: 1x2,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 89,98	R\$ 899,80
12	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MM - Cor: verde; Secção: 1x2,5mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m c/	10	R\$ 89,98	R\$ 899,80

13	CABO FLEXÍVEL DE 4MM - Cor: azul; Secção: 1x4mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 133,80	R\$ 669,00
14	CABO FLEXÍVEL DE 4MM - Cor: preto; Secção: 1x4mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 135,80	R\$ 679,00
15	CABO FLEXÍVEL DE 4MM - Cor: vermelho; Secção: 1x4mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 135,80	R\$ 679,00
17	CABO FLEXÍVEL DE 6MM - Cor: vermelho; Secção: 1x6mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 219,80	R\$ 1.099,00
18	CABO FLEXÍVEL DE 10MM - Cor: preto; Secção: 1x10mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 323,60	R\$ 1.618,00
19	CABO FLEXÍVEL DE 10MM - Cor: vermelho; Secção: 1x10mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Iguasul	Peça 100m	c/	5	R\$ 331,80	R\$ 1.659,00
20	CABO PP - Secção: 3x1,5mm; Cor: preto; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Conducap	Peça 100m	c/	5	R\$ 229,99	R\$ 1.149,95
21	CABO PP - Secção: 3x2,5mm; Cor: preto; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Conducap	Peça 100m	c/	5	R\$ 335,80	R\$ 1.679,00
22	CARREGADOR DE PILHAS - Indicado para carregar 4 pilhas tamanho AA; Com pilhas inclusas.	Mox	Unidade		3	R\$ 86,33	R\$ 258,99
23	CARREGADOR DE PILHAS - Indicado para carregar 4 pilhas tamanho AAA; Com pilhas inclusas.	Mox	Unidade		3	R\$ 83,00	R\$ 249,00
26	FIO PARALELO - Cor branco; Secção: 2 X 2,5MM; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Conducap	Peça 100m	c/	5	R\$ 262,80	R\$ 1.314,00
29	INTERRUPTOR COM 1 TECLA PARA EMBUTIR - Com placa; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 2017	Unidade		50	R\$ 3,54	R\$ 177,00
30	INTERRUPTOR COM 2 TECLAS PARA EMBUTIR - Com placa; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 2018	Unidade		50	R\$ 6,47	R\$ 323,50
31	INTERRUPTOR COM 3 TECLAS PARA EMBUTIR - Com placa; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 2019	Unidade		20	R\$ 8,95	R\$ 179,00
32	INTERRUPTOR COM 1 TECLA SISTEMA X - Acompanha caixa e placa para sobrepor; Indústria Brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 6317	Unidade		30	R\$ 5,62	R\$ 168,60
34	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA PARA EMBUTIR - Com placa; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 20200	Unidade		60	R\$ 5,31	R\$ 318,60
35	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA SISTEMA X - De acordo com a norma NBR 14136:2002; Acompanha caixa e placa para sobrepor; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 63200	Unidade		40	R\$ 7,91	R\$ 316,40
36	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ELETRÔNICA) DE 11W - Tensão de entrada 220V; Base: E27; Temperatura de cor 6400K Luz branca (luz do dia); De acordo com a normas NBR e selo Procel A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	E m p a l u x FM11116	Unidade		150	R\$ 9,32	R\$ 1.398,00
38	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ELETRÔNICA) DE 20W - Tensão de entrada 220V; Base: E27; Temperatura de cor 6400K Luz branca (luz do dia); De acordo com a normas NBR e selo Procel A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	NSK 1347	Unidade		350	R\$ 10,85	R\$ 3.797,50
40	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA NÃO INTEGRADA DE 18W - Tensão de entrada 220V; Base: G24d-2; Temperatura de cor 6400K Luz branca (luz do dia); Com 2 pinos; De acordo com a norma NBR IEC 901; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	E m p a l u x PL11826	Unidade		50	R\$ 12,18	R\$ 609,00
41	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 20W - De acordo com a norma ABNT NBR IEC 60081:1997; Temperatura de cor 6500K Luz branca (luz do dia); Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	E m p a l u x FT20416	Unidade		500	R\$ 5,63	R\$ 2.815,00
42	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 40W - De acordo com a norma ABNT NBR IEC 60081:1997; Temperatura de cor 6500K Luz branca (luz do dia); Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	NSK 1088	Unidade		1000	R\$ 5,59	R\$ 5.590,00
43	PILHA ALCALINA 1,5 VOLTS - Tamanho AA. Composição química: dióxido de manganês, zinco, hidróxido de potássio, grafite e óxido de zinco; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Elgin AA	Unidade		400	R\$ 1,87	R\$ 748,00
44	PILHA ALCALINA 1,5 VOLTS - Tamanho AAA. Composição química: dióxido de manganês, zinco, hidróxido de potássio, grafite e óxido de zinco; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Elgin AAA	Unidade		400	R\$ 1,37	R\$ 548,00
45	PLUGUE FÊMEA - Para uso com plugue de 3 pinos; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 1431S	Unidade		50	R\$ 3,05	R\$ 152,50

46	PLUGUE MACHO - Com 3 pinos; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 1405S	Unidade	50	R\$ 3,28	R\$ 164,00
47	REATOR ELETRÔNICO 1x20W - De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	NSK 1065	Unidade	50	R\$ 16,18	R\$ 809,00
48	REATOR ELETRÔNICO 1x40W - De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	NSK 1069	Unidade	50	R\$ 16,14	R\$ 807,00
49	REATOR ELETRÔNICO 2x20W - De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	NSK 1072	Unidade	50	R\$ 19,24	R\$ 962,00
50	REATOR ELETRÔNICO 2x40W - De acordo com a norma NBR 5114; Indicado para lâmpada fluorescente tubular; Tensão de entrada 220V; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir Impresso na embalagem.	NSK 1076	Unidade	50	R\$ 22,48	R\$ 1.124,00
51	RÉGUA ELÉTRICA - Com 05 tomadas no mínimo; Tipo simples sem plugue; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Fiolux	Unidade	50	R\$ 26,18	R\$ 1.309,00
53	SOQUETE BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO - Com suporte para instalação; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Exatron	Unidade	40	R\$ 8,26	R\$ 330,40
54	SOQUETE PARA LÂMPADA FLUORESCENTE - Tipo pressão; Sem entrada para starter; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Lumibrás	Unidade	100	R\$ 1,74	R\$ 174,00
55	SOQUETE PARA LÂMPADA PADRÃO E27 - Em porcelana; Tipo liso para spot; Com conectores não aparentes; Para uso com lâmpadas comuns; Sem rabicho; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 16015	Unidade	100	R\$ 2,26	R\$ 226,00
57	TOMADA SIMPLES PARA EMBUTIR - Com placa; De 20 Amperes; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 20141	Unidade	100	R\$ 5,44	R\$ 544,00
59	TOMADA SIMPLES SISTEMA X - Com caixa e placa para sobrepor; De 20 Amperes; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Ilumi 63141	Unidade	50	R\$ 7,56	R\$ 378,00
Preço Total da Ata						R \$ 41.186,74

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 4 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Elizabete Bergantini Castiglioni (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251778

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

PROCESSO Nº 5099/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: CEZÁRIOS MÓVEIS E COMÉRCIO LTDA - EPP (CNPJ nº 03.016.072/0001-15).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BUCHA TAMANHO Nº 6 - Para fiação em parede.	Ive plast	Unidade	100	R\$ 0,45	R\$ 45,00
5	BUCHA TAMANHO Nº 8 - Para fixação em parede;	Ive plast	Unidade	100	R\$ 0,75	R\$ 75,00
6	BUCHA TAMANHO Nº 10 - Para fixação em parede;	Ive plast	Unidade	100	R\$ 1,30	R\$ 130,00
16	CABO FLEXÍVEL DE 6MM - Cor: preto; Secção: 1x6mm; Conforme a norma NBR NM 247-3; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Corfio	Peça c/ 100m	5	R\$ 244,00	R\$ 1.220,00
24	ESPELHO CEGO 4X2 BRANCO - Com acabamento de alto padrão; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Romazi	Unidade	20	R\$ 2,59	R\$ 51,80
25	ESPELHO CEGO 4X4 BRANCO - Com acabamento de alto padrão; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Romazi	Unidade	20	R\$ 4,88	R\$ 97,60
27	FITA ISOLANTE - De uso profissional; Antichama; Medindo 19mm x 20m; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Fox lux	Unidade	100	R\$ 3,99	R\$ 399,00
33	INTERRUPTOR COM 2 TECLAS SISTEMA X - Acompanha caixa e placa para sobrepor; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Romazi	Unidade	30	R\$ 7,66	R\$ 229,80

39	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ELETRÔNICA) DE 36W - Tensão de entrada 220V; Base: E27; Temperatura de cor 6400K Luz branca (luz do dia); De acordo com a normas NBR e selo Procel A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Fox lux	Unidade	30	R\$ 38,00	R\$ 1.140,00
56	TOMADA DUPLA PARA EMBUTIR - Com placa; De 20 Amperes; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Fox lux	Unidade	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
58	TOMADA DUPLA SISTEMA X - Com caixa e placa para sobrepor; De 20 Amperes; Padrão novo; De acordo com a norma NBR 14136:2002; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Fox lux	Unidade	50	R\$ 7,50	R\$ 375,00
Preço Total da Ata						R\$ 4.513,20

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 4 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Juliana Cezário Fortes (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251780

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2016

PROCESSO N° 5099/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 5/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: J. BILL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA-ME (CNPJ n° 74.648.593/0001-33).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA (ELETRÔNICA) DE 15W - Tensão de entrada 220V; Base: E27; Temperatura de cor 6400K Luz branca (luz do dia); De acordo com a normas NBR e selo Procel A; Indústria brasileira; O nome do fabricante deve vir impresso na embalagem.	Lumen	Unidade	250	R\$ 9,21	R\$ 2.302,50

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 4 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Jane Dantas de Assis (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251781

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2016

PROCESSO N° 5147/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA (CNPJ n° 17.417.928/0001-79).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de condicionadores de ar, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Capacidade em BTUs	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	Ventisol Agratto ACS 9FIR4 02 ACS 9FER4 02	9.000	40	R\$ 987,50	R\$ 39.500,00
8	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	Ventisol Agratto ACS 12FIR4 02 ACS 12FER4 02	12.000	34	R\$ 1.152,94	R\$ 39.199,96
Preço Total da Ata						R\$ 78.699,96

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 5 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Sérgio Murilo Cordeiro de Melo (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251790

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2016

PROCESSO N° 5147/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: DUETO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (CNPJ n° 17.250.748/0001-45).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de condicionadores de ar, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Capacidade em BTUs	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	K o m e c o Kos18FC 3HX	18.000	34	R\$ 1.751,67	R\$ 59.556,78

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 5 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Célia Regina Fratus (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251794

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2016

PROCESSO N° 5147/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: H M DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ n° 10.139.520/0001-33).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de condicionadores de ar, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Capacidade em BTUs	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	Consul CBV07CBBNA	7.000	30	R\$ 1.258,73	R\$ 37.761,90
10	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	Elgin HEF-24.000 ECOPLUS	22.000 a 24.000	20	R\$ 2.449,95	R\$ 48.999,00
Preço Total da Ata						R\$ 86.760,90

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 5 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Hellen dos Santos Mercês (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251802

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2016

PROCESSO N° 5147/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: F A COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS LTDA-ME (CNPJ n° 22.657.883/0001-40).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de condicionadores de ar, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Capacidade em BTUs	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Aparelho condicionador de ar tipo split piso-teto, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A", "B" ou "C" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	ELGIN Modelo PHFI-2 PHFI-3 48.000	48.000	16	R\$ 5.617,50	R\$ 89.880,00
12	Aparelho condicionador de ar tipo split piso-teto, compressor rotativo, ciclo frio, controle remoto sem fio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A", "B" ou "C" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	ELGIN Modelo PHFI-2 PHFI-3 60.000	60.000	12	R\$ 6.140,00	R\$ 73.680,00
Preço Total da Ata						R\$ 163.560,00

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 5 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Marinalva Lima Fernandes Aragão (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251809

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2016

PROCESSO N° 5147/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 3/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: LIVRE SOLUÇÕES INOVADORAS EIRELI - ME (CNPJ n° 23.082.909/0001-31).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a aquisição de condicionadores de ar, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações	Marca/Modelo	Capacidade em BTUs	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Aparelho condicionador de ar tipo janela, mecânico, compressor rotativo, ciclo frio, 220 volts, sob a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE - INMETRO), na classificação "A" de desempenho. Garantia: Não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da entrega.	Elgin EAF-18000-2	18.000	30	R\$ 1.403,33	R\$ 42.099,90

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 5 de julho de 2016.

SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça) e Arnaldo Rubio Neto (Representante legal do Fornecedor).

Protocolo 251810

=====

> > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < <

=====

AO(S) '18' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

0730516-40.2014.8.02.0001  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
EDJANE LESSA DOS SANTOS PRAXEDES  
Entrada :13/07/2016 Retirada :13/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 13/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

1ª CÂMARA CÍVEL

0711314-77.2014.8.02.0001  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
LUIZ EDUARDO FREIRE DA ROCHA FERRAZ  
APEDO :  
ARTHUR COSTA FEITOSA(REPRESENTADO(A) POR SUA MAE) ANDREIA COSTA FREIRE  
Entrada :14/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 14/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----

1ª CÂMARA CÍVEL

-----

0802481-13.2016.8.02.0000  
HABEAS-CORPUS - 1ª CAMARA CIVEL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
SILVAN SANTOS SILVA

Entrada :14/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 14/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

-----

1ª CÂMARA CÍVEL

-----

0704017-82.2015.8.02.0001  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS-UNCISAL  
APEDO :  
DJANE ALMEIDA TENORIO  
Entrada :04/07/2016 Retirada :05/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 04/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
JOSE ARTUR MELO

-----

3ª CAMARA CIVEL

-----

0801152-97.2015.8.02.0000  
AGRAVO REGIMENTAL  
JOAQUIM GOMES  
AGRADO :  
IVALDO GOMES LIMA  
AGRADO :  
ANTONIO DE ARAUJO BARROS



Entrada :11/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 11/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0026436-50.2009.8.02.0001  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
JOAO PAULO LIMA SANTOS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :07/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0020849-13.2010.8.02.0001  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
FLAVIO JOSE BALTAR MAIA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :07/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0011457-64.2001.8.02.0001  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
CAPITAL  
EMBARGANTE:  
JOAO COSTA PEREIRA  
EMBARGADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :13/07/2016 Retirada :13/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 13/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE B. PITTA

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0801374-31.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
EDUARDO GOMES DA SILVA  
:

Entrada :07/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802262-97.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
UNIAO DOS PALMARES  
PACIENTE :  
AMARO JOSE DA CONCEIÇÃO  
:

Entrada :07/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802171-07.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
MARECHAL DEODORO  
PACIENTE :  
WANDERLEY GOMES DA SILVA  
:

Entrada :08/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 08/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802308-86.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
PAULO SERGIO DOS SANTOS  
:

Entrada :08/07/2016 Retirada :11/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 08/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802117-41.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
SAO MIGUEL DOS CAMPOS  
PACIENTE :  
JEOVANIA FAUSTINO DA SILVA ROMAO  
:

Entrada :11/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 11/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802333-02.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

CLAUDIA REJANE DOS SANTOS

:

Entrada :13/07/2016 Retirada :13/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 13/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE B. PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802274-14.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

PENEDO

PACIENTE :

BRENO MARQUES DOS SANTOS

:

Entrada :13/07/2016 Retirada :13/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 13/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE B. PITTA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0073244-84.2007.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

CAPITAL

RECORRENTE:

TANIA GOMESDE ANDRADE LINS

RECORRIDO :

SEBASTIAO CORREIA RAMALHO DE ALENCAR

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0000483-40.2014.8.02.0056

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

UNIAO DOS PALMARES

RECORRENTE:

ALEXANDRO DE SOUZA SILVA

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0002013-44.2012.8.02.0058

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

ARAPIRACA

RECORRENTE:

JOSE RICARDO TORRES RAMOS

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0004786-62.2012.8.02.0058

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

ARAPIRACA

RECORRENTE:

ADALVAN MORAIS SILVA

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0005894-92.2013.8.02.0058

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

ARAPIRACA

RECORRENTE:

MANOEL SANTOS DO NASCIMENTO

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

0012923-15.2009.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

CAPITAL

RECORRENTE:

ROMUGLES DOS SANTOS LOPES

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0040371-26.2010.8.02.0001  
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO  
CAPITAL  
RECORRENTE:  
ALBERTO ALVES DE MORAES  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000240-86.2011.8.02.0061  
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO  
MESSIAS  
RECORRENTE:  
E.H.F. DA S.  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0001619-14.2010.8.02.0056  
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO  
UNIAO DOS PALMARES  
RECORRENTE:  
JOSE WELTON CANDIDO DA SILVA  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000121-69.2007.8.02.0028  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL  
EM APELAÇÃO  
PARIPUEIRA  
EMBARGANTE:  
THIAGO MUNIZ DE SOUZA  
EMBARGADO :  
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000913-11.2011.8.02.0019  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL  
PORTO CALVO  
AGRAVANTE :  
ANTONIO MANOEL DE COUTO  
AGRAVADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0700176-46.2013.8.02.0067  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL  
CAPITAL  
AGRAVANTE :  
WILLIAN YURI DOS SANTOS  
AGRAVADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000913-11.2011.8.02.0019  
AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINARIO  
PORTO CALVO  
AGRAVANTE :  
ANTONIO MANOEL DE COUTO  
AGRAVADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0502246-66.2007.8.02.0055  
RECURSO ESPECIAL EM REC. EM SENTIDO ESTRITO  
SANTANA DO IPANEMA  
RECORRENTE:  
JAILSON PAULO DE SILVA  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000839-14.2009.8.02.0055

RECURSO ESPECIAL EM RECURSO EM SENTIDO  
ESTRITO

SANTANA DO IPANEMA

RECORRENTE:

MAGNO VITAL DOS SANTOS

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0006362-38.2010.8.02.0001

RECURSO ESPECIAL EM RECURSO EM SENTIDO  
ESTRITO

CAPITAL

RECORRENTE:

LOURIVAL SALUSTIANO

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0800065-72.2016.8.02.0000

REVISÃO CRIMINAL

PORTO CALVO

REQUERENTE:

ELISIANE FERREIRA DA SILVA

:

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0000049-65.2011.8.02.0053

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO

SAO MIGUEL DOS CAMPOS

RECORRENTE:

IVONILSON DE OLIVEIRA

RECORRIDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016

Devolução :18/07/2016 Saidap/ TJ 18/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA  
-----

=====

&gt; &gt; &gt; &gt; &gt; PROTOCOLO GERAL &lt; &lt; &lt; &lt; &lt; &lt;

=====

AO(S) '19' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE  
DESTE SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO  
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS  
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):-----  
1ª CÂMARA CÍVEL-----  
0706587-46.2012.8.02.0001

APELAÇÃO CIVEL

CAPITAL

APETE :

VALTER DOMES DA SILVA

APEDO :

ESTADO DE ALAGOAS

Entrada :07/07/2016 Retirada :08/07/2016

Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

JOSE ARTUR MELO

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL-----  
0000590-60.2013.8.02.0043

APELAÇÃO CIVEL

DELMIRO GOUVEIA

APETE :

MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA

APEDO :

ROSELY BEZERRA DE SOUZA

Entrada :18/07/2016 Retirada :18/07/2016

Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
----------  
0004874-43.2013.8.02.0001

APELAÇÃO CRIMINAL

CAPITAL

APETE :

EDIEL MARQUES DA SILVA

APEDO :

MINISTERIO PUBLICO

Entrada :07/07/2016 Retirada :11/07/2016

Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 07/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0000216-20.2014.8.02.0072  
APELAÇÃO CRIMINAL  
UNIAO DOS PALMARES  
APETE :  
ALISSON CASSIANO OLIVEIRA DE MENDONÇA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :13/07/2016 Retirada :13/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 13/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802206-64.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
ANTONIO CARLOS DA ROCHA SANTOS

Entrada :11/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802100-05.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
MARIBONDO  
PACIENTE :  
JACKSON RUFINO DOS SANTOS JUNIOR

Entrada :11/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802238-69.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
LUCAS DOS SANTOS OLIVEIRA

Entrada :11/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802249-98.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
FABRICIO SANTOS CAVALCANTE

Entrada :11/07/2016 Retirada :14/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 11/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802097-50.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA  
PACIENTE :  
DANILO EDUARDO SALES DE MEDEIROS FREIRE

Entrada :18/07/2016 Retirada :19/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0002385-41.2010.8.02.0000  
Ação CIVIL PUBLICA  
CAPITAL  
AUTOR :  
M.P.  
REU :  
C.F.B.DE A.  
Entrada :07/07/2016 Retirada :07/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 07/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CÍVEL

0804594-08.2014.8.02.0000  
AGRAVO REGIMENTAL  
CAPITAL  
AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
AGRADO :  
INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMERIA DOS INDIOS S/A -  
ILPISA  
Entrada :18/07/2016 Retirada :18/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CÍVEL  
-----

0017515-05.2009.8.02.0001  
RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO  
CAPITAL  
RECORRENTE:  
ESTADO DE ALAGOAS  
RECORRIDO :  
NEILTON SOUTO SANTOS  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CÍVEL  
-----

0720112-61.2013.8.02.0001  
RECURSO EXTRAORDINARIO EM APELAÇÃO  
CAPITAL  
RECORRENTE:  
WALTER VICENTE DA SILVA FILHO  
RECORRIDO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0002436-81.2012.8.02.0000  
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS  
CAPITAL  
RECORRET :  
JOSE DE LIMA BENTO  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :15/07/2016 Retirada :15/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 15/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

=====

TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

=====

-----  
> > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < <  
-----

AO(S) '18' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE  
DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO  
AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE  
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0801744-10.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL  
AGRATE :  
WNEVIGTON CAVALCANTI ARAUJO

AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0801845-47.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL  
AGRATE :  
JOSE CLAUDIO LEMOS FARIAS JUNIOR  
AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
JOSE ARTUR MELO

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0801271-24.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL  
AGRATE :  
JADRIANE DE ALMEIDA XAVIER  
AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotora de Justiça convocada:  
MARGARIDA MARIA COUTO MONTE

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0501828-43.2007.8.02.0051  
APELAÇÃO CIVEL  
RIO LARGO  
APETE :  
MARIA ELIZA ALVES DA SILVA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

## (DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VALTER JOSE OMENA ACIOLI

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0000590-60.2013.8.02.0043  
APELAÇÃO CIVEL  
DELMIRO GOUVEIA  
APETE :  
MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA  
APEDO :

ROSELY BEZERRA DE SOUZA  
Entrada :18/07/2016 Retirada :18/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
1ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0003435-65.2011.8.02.0001  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
MUNICIPIO DE MACEIO  
APEDO :  
MARIA AMALIA SARMENTO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

-----  
2ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0800479-70.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
PARIPUEIRA  
AGRATE :  
JOAO MOREIRA DA COSTA  
AGRADO :  
CONDOMINIO PORTO DI MARE  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
MARCIO ROBERTO TENORIO DE ALBUQUERQUE

-----  
2ª CÂMARA CÍVEL  
-----

0804874-42.2015.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL  
AGRATE :  
JORGE FELIPE ATAIDE ASSUNÇÃO  
AGRADO :  
MIGUEL TENORIO DE LIMA  
ASSUNÇÃO(REPRESENTADO(A) POR SUA MAE)EDJA  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotora de Justiça convocada:  
NEIDE MARIA CAMELO DA SILVA

-----  
3ª CAMARA CIVEL  
-----

0801056-48.2016.8.02.0000  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
PALMEIRA DOS INDIOS  
AGRATE :  
MUNICIPIO DE PAPMEIRA DOS INDIOS  
AGRADO :

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0500370-05.2009.8.02.0056  
APELAÇÃO CRIMINAL  
UNIAO DOS PALMARES  
APETE :  
AMAURI OLIVEIRA DA SILVA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0700755-56.2015.8.02.0056  
APELAÇÃO CRIMINAL  
UNIAO DOS PALMARES  
APETE :  
VANDERSON FERREIRA DA SILVA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0000477-63.2013.8.02.0025  
APELAÇÃO CRIMINAL  
OLHO D'AGUA DAS FLORES  
APETE :  
IRISON SINERIO SILVA DOS SANTS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE B. PITTA

-----  
CÂMARA CRIMINAL  
-----

0723982-46.2015.8.02.0001  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
CREVIO GENTIL BEZERRIL SOBRINHO  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL

0001496-10.2010.8.02.0058  
EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE  
ARAPIRACA  
EMBARGANTE:  
LUIZ MARQUES BARBOSA  
EMBARGADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

0000126-02.2012.8.02.0001  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
SUZIANE CARLA CAETANO ALVES  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0700495-89.2015.8.02.0084  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
JONATHA FRANCISCO DOS SANTOS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0001843-36.2011.8.02.0049  
APELAÇÃO CRIMINAL  
PENEDO  
APETE :  
FABIO SANTOS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

0714951-36.2014.8.02.0001  
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO  
CAPITAL  
RECORRENTE:  
JOSIAS SOUZA SILVA  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL

0000186-02.2015.8.02.0055  
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO  
SANTANA DO IPANEMA  
RECORRENTE:  
PAULO BARBOZA CHAGAS  
RECORRIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802427-47.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
ANTONIO GOMES DA SILVA

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802099-20.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
ADJACY DE CARVALHO BRAGA JUNIOR

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :



(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802301-94.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
ANDERSON AMORIM DE PAULA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802072-37.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
GREGORY SANTOS DE AQUINO  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802458-67.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA  
PACIENTE :  
ALEX TIBURCIO DOS SANTOS  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802293-20.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
LUIZ EDUARDO DOS SANTOS  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802315-78.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA  
PACIENTE :  
LUIZ FERNANDO XAVIER PAULINO  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802468-14.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
SANTA LUZIA DO NORTE  
PACIENTE :  
ITALO SILVA DE OLIVEIRA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802455-15.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA  
PACIENTE :  
EWERTON TIAGO DA SILVA OLIVEIRA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802448-23.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
MURICI  
PACIENTE :  
DAVY FERREIRA DOS SANTOS  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802097-50.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

ARAPIRACA

PACIENTE :

DANILO EDUARDO SALES DE MEDEIROS FREIRE

Entrada :18/07/2016 Retirada :19/07/2016

Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0801938-10.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

RONALDO PAIVA DE AMORIM JUNIOR

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE B. PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802429-17.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

MAICON RODRIGUES DE DEUS

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE B. PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802371-14.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

ADRIANO JUNIOR TENORIO DA SILVA

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802404-04.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

ARAPIRACA

PACIENTE :

MARCOS ANTONIO FEITOSA DA SILVA

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802457-82.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

ARAPIRACA

PACIENTE :

ROBSON LIBERATO SILVA

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802151-16.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

JONATHAN MORAES SANTOS

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802239-54.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL

CAPITAL

PACIENTE :

MARIA CLARA ANUNCIAÇÃO FERREIRA

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802412-78.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
DANIELE BELO DOS SANTOS AGASTAO  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802314-93.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
LUCAS WENDLER MARTINS DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0801939-92.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
PAO DE ACUCAR  
PACIENTE :  
SOSTHENES ALVES DOS SANTOS  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802335-69.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
MESSIAS  
PACIENTE :  
CLAUDIR LOURENÇO DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802544-38.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
SANTANA DO IPANEMA  
PACIENTE :  
GIRLAN OLIVEIRA DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802434-39.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
SANTANA DO IPANEMA  
PACIENTE :  
ESPEDITO JULIO DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802347-83.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
CLODOALDO VICENTE DOS SANTOS JUNIOR  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802179-81.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAJUEIRO  
PACIENTE :  
HENRIQUE SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE B. PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802372-96.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL

PACIENTE :

JOSE BEZERRA DA SILVA

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Promotor de Justiça convocado:

MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802568-66.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ANADIA

PACIENTE :

CLAUDIVAN CORREIA DA GRAÇA

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE B. TEIXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802375-51.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL

PACIENTE :

WALMIR CARDOSO PEREIRA

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802402-34.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
UNIAO DOS PALMARES

PACIENTE :

GABRIELA DOS SANTOS SILVA

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802573-88.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
PENEDO

PACIENTE :

BENEDITO MAXIMO DOS SANTOS

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802445-68.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CORURIBE

PACIENTE :

VANDERLAN FIRMINO DA SILVA

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802459-52.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
GIRAU DO PONCIANO

PACIENTE :

JOSE CRISTOVAO DA CONCEIÇÃO

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/07/2016

Tipo: DISTRIBUIÇÃO

Procurador de Justiça:

LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0802462-07.2016.8.02.0000

HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA

PACIENTE :

RAFAEL FRANCISCO DOS SANTOS

:

Entrada :18/07/2016 Retirada :

Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0500245-64.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
COLONIA LEOPOLDINA  
PACIENTE :  
JOSE CLAUDIO DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE B. PITTA

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0500242-12.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
TAQUARANA  
PACIENTE :  
FERNANDO ARAUJO DA COSTA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE B. PITTA

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802155-53.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
FELIPE DOUGLAS DE CASTRO DA SILVA  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Promotor de Justiça convocado:  
MAURICIO ANDRE BARROS PITTA

-----  
TRIBUNAL PLENO CÍVEL  
-----

0804594-08.2014.8.02.0000  
AGRAVO REGIMENTAL  
CAPITAL  
AGRADO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
AGRADO :  
INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMERIA DOS INDIOS S/A -  
ILPISA  
Entrada :18/07/2016 Retirada :18/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA  
-----

=====

> > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < <  
=====

AO(S) '19' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE  
DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO  
AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE  
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

-----  
CÂMARA CRIMINAL-HC  
-----

0802097-50.2016.8.02.0000  
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL  
ARAPIRACA  
PACIENTE :  
DANILO EDUARDO SALES DE MEDEIROS FREIRE  
:

Entrada :18/07/2016 Retirada :19/07/2016  
Devolução :19/07/2016 Saidap/ TJ 19/07/2016

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

-----  
TRIBUNAL PLENO CRIMINAL  
-----

0800932-65.2016.8.02.0000  
REVISAO CRIMINAL  
MARIBONDO  
REQUERENTE:  
JOSE PADILHA DA SILVA  
REQUERIDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :19/07/2016 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 19/07/2016  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

-----  
TANIA MARIA GOMES  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA  
-----

=====

> > > > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < < <  
=====

AO(S) '19' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO  
SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE  
PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####  
Proc. 2992/2016  
Interessado:  
17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL - FAZENDA PÚBLICA  
ESTADUAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICANDO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2993/2016  
Interessado:  
62ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
REMESSA DE INFORMAÇÕES  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2994/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DE RESOLUÇÃO N° 145/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####  
Proc. 2995/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RESOLUÇÃO CNMP N° 144/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####  
Proc. 2996/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RECOMENDAÇÃO CNMP N° 35/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####  
Proc. 2987/2016  
Interessado:  
COMISSAO DE ESTAGIO PROBATORIO DESTA PGJ  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATORIO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2976/2016  
Interessado:  
CLEBER COSTA DE OLIVEIRA, VEREADOR , CAMARA MUNICIPAL  
DE MACEIO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
LIBERAÇÃO DA PRAÇA DA FACULDADE E APOIO PARA EVENTO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2980/2016  
Interessado:  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA / MPAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
INFORMA INSERÇÃO DE AÇÕES, METAS E INDICADORES NO  
PORTAL  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2982/2016  
Interessado:  
GRUPO ESTADUAL DE COMBATE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS-  
GECOC  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITAÇÃO DE PNEUS DO VEICULO GM/VECTRA  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL  
#####  
Proc. 2984/2016  
Interessado:  
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ASSENTO 05/2010  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2983/2016  
Interessado:  
RAQUEL REZENDE GOMES LEAL, ANALISTA JUDICIÁRIA  
Natureza:  
REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####  
Proc. 2963/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA  
CAPITAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REEXAME DE ARQUIVAMENTO E HOMOLOGAÇÃO  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 3006/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 3015/2016  
Interessado:  
SECRETARIA DA CAMARA CRIMINAL - TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
CIENCIA DO DESPACHO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 3014/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3013/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3012/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3011/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3010/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3009/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3008/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3007/2016  
Interessado:  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 3ª CAMARA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CIENCIA DO ACORDAO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3000/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RESOLUCAO CNMP N° 146/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2999/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RESOLUCAO CNMP N° 143/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2998/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RESOLUCAO CNMP N° 142/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2997/2016  
Interessado:  
CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ENCAMINHA COPIA DA RECOMENDAÇÃO CNMP N° 36/2016  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 3016/2016  
Interessado:  
22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL - FAZENDA PUBLICA  
ESTADUAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
P.A. N° 107/15  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3017/2016  
Interessado:  
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO, PROCURADOR DE JUSTIÇA,  
COORDENADOR DA PROCURADORIA CRIMINAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SUSPENSAO DE FERIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3004/2016  
Interessado:  
CAMARA DOS DEPUTADOS  
Natureza:  
REQ.INFORMACAO  
Assunto:  
REQUISICAO DE INFORMACOES E DOCUMENTOS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3002/2016  
Interessado:  
ANP- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ENVIO COPIAS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 3003/2016  
Interessado:  
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA

EM ALAGOAS

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REF. NOTICIA DE FATO N° 1.11.000.001114/2015-22  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2989/2016  
Interessado:  
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS  
DIREITOS HUMANOS

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CONDEL  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2990/2016  
Interessado:  
FERNANDO ANTONIO VASCO DE SOUZA, CHEFE DA SECAO DE  
LICITACOES

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL  
#####

Proc. 2986/2016  
Interessado:  
COMISSAO DE ESTAGIO PROBATORIO DESTA PGJ  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATORIO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2991/2016  
Interessado:  
ISABELLE NICOLE RAMOS ARAUJO, TECNICO DO MINISTERIO  
PUBLICO

Natureza:  
REQ. LICENCA PARA TRATAMENTO DE SAUDE  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####

Proc. 3001/2016  
Interessado:  
1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CIVEL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 3018/2016  
Interessado:  
19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PORTARIA 19ª PJC N° 014/2016  
Remetido para:  
19A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
#####  
RANULFO PAES ARAUJO  
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA  
=====

## Colégio de Procuradores de Justiça

### PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 22/7/2016

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 22 de julho de 2016, sexta-feira, às 10h, a fim de que o Colégio aprecie:

Ata da 2ª Reunião Ordinária do CPJ em 2016.

Ata da Sessão Solene do CPJ em 6.5.2016.

Relatórios mensais da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas, referentes aos meses de fevereiro e março de 2016.

Proc. PGJ n. 134/2016. Assunto: Recurso Administrativo interposto em face da decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça. Interessada: Andressa de Freitas Santos Dantas, Técnica do Ministério Público.

Proc. PGJ n. 2379/2014. Assunto: Recurso impetrado contra decisão de arquivamento, pelo Procurador-Geral de Justiça, da investigação contra o Prefeito de São Sebastião, Senhor Charles Nunes Regueira. Interessado: Atla de Lima Santos.

Proc. PGJ n. 1587/2016. Assunto: Nota de repúdio. Interessado: Fórum de Combate à Corrupção de Alagoas - Focco.

Proc. PGJ n. 2164/2016. Assunto: Solicitação de proposta de criação de nova Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. Interessado: Promotor de Justiça Luiz de Albuquerque Medeiros Filho.

Proc. PGJ n. 2186/2016. Assunto: Recurso interposto contra decisão do Conselho Superior do Ministério Público, que indeferiu o pedido de correção da lista de antiguidade da terceira entrância. Interessado: Promotor de Justiça Delfino Costa Neto.

Proc. PGJ n. 1683/2016. Assunto: Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira - 2015. Interessado: Controladoria Interna do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Proc. PGJ/AL n. 2614/2016. Assunto: proposição de criação de Comissão Temporária com a finalidade de viabilizar a redefinição das atribuições das Procuradorias de Justiça Cíveis, criando-se, por Resolução, Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos e Procuradorias de Justiça de Recursos. Interessada: Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira.

Proc. PGJ/AL n. 2615/2016. Assunto: solicitação de informações acerca da falta de quórum regimental por ausências justificadas e injustificadas, que levaram a não realização de reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores. Interessada: Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira.

Proc. PGJ/AL n. 2583/2016. Assunto: recurso interposto contra decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça. Interessado: Promotor de Justiça Sidrack José do Nascimento.



Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, em Maceió, 19 de julho de 2016.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 251845

## Promotorias de Justiça

**POLUIÇÃO DO SOLO E DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO - LANÇAMENTO IRREGULAR DE EFLUENTES LÍQUIDOS E DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - RISCO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.**

Processo SAJ-MP n° 06.2016.00000170-6.

Portaria N° 0003/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 3ª Promotoria Justiça de Santana do Ipanema e da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente, ante ao Relatório de Fiscalização elaborado pelo Equipe 7 da FPI São Francisco, informando o lançamento irregular de efluentes líquidos, bem como disposição inadequada de resíduos de serviços de saúde, em face do HOSPITAL REGIONAL DOUTOR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO, localizado na Avenida João Agostinho, bairro Santo Antônio, Município de Santana do Ipanema, CEP 57500-000, neste Estado de Alagoas, possibilitando risco à saúde e segurança ambiental da população, entre outros problemas relacionados com a qualidade de vida dos municípios.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO que a Estado, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio;

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução n° 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao

teor do art. 1º, § 2º, da Resolução n° 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pela Equipe 7 da Fiscalização Preventiva e Integrada do Rio São Francisco - FPI São Francisco;

5 - designo audiência para o dia 16 de maio de 2016, às 8:00 horas, para realização de audiência, notificando-se a investigada e o Município de Santana do Ipanema.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL n° 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de maio de 2016.

LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Promotor de Justiça

LAVÍNIA FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251968

Processo SAJ/MP n° 06.2016.00000181-7.

**POLUIÇÃO SONORA - FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE EMPREENDIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDOR - DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS - RISCO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.**

Portaria N° 0016/2016/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de representação formulada por José Carlos Acioli da Rocha e outros, protocolada neste Ministério Público, na qual informa o funcionamento irregular de empreendimento potencialmente poluidor, com emissões de ruídos acima dos limites estabelecidos na legislação de regência, em face do empresa ÁGUA VIVA EPP, localizada no loteamento Casca Dura, Cidade Universitário (atrás da residência do reclamante José Carlos Acioli), nesta capital, o que pode atrair vetores, possibilitando risco à saúde e segurança ambiental da população, entre outros problemas relacionados com a qualidade de vida dos municípios.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO que a municipalidade, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal n° 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pelos reclamantes;

4 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do local com as normas urbanísticas ao Superintendente Municipal de Controle e Convívio Urbano;

5 - requisição ao Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, para que remeta cópia, por todo o teor, dos Processos SEMPMA 1600.124643/2013 e 1600.47350/2015;

6 - designo audiência para o dia 8 de agosto de 2016, às 11:00 horas, notificando-se a SEMPMA, SMCCU, reclamantes e investigada.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 01 de junho de 2016.

Alberto Fonseca  
Promotor de Justiça

Protocolo 251969

Processo SAJ/MP nº 06.2016.00000171-7.

MEIO AMBIENTE - FLORA - DESMATAMENTO - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - BIOMA MATA ATLÂNTICA.

Portaria Nº 0017/2016/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de peças de informação onde consta desmatamento de área destinada à preservação ambiental inserida no Bioma Mata Atlântica, a priori, sem ou autorização da autoridade ambiental competente, levado a efeito pelo Sr. JOSÉ ARNALDO MONTEIRO, tendo ele criado uma intercomunicação entre o lote comercial nº 6 e o lote residencial nº 13, ambos do Loteamento Monte Verde, bairro Antares, nesta capital.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a vegetação afetada é objeto de especial preservação, por estar inserida no domínio da Mata Atlântica, patrimônio nacional, possuindo uma biota rica e diversificada, bem como a preocupação da sociedade civil organizada com o estado de degradação em que se encontra o Bioma Mata Atlântica no Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

CONSIDERANDO que na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência da informações e dos atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito da propriedade.

CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo Ministério Público Federal;

4 - designo o servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Analista Jurídico deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil;

5 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do local com as normas urbanísticas ao Superintendente Municipal de Controle e Convívio Urbano;

6 - designo audiência para o dia 12 de agosto de 2016, às 11:00 horas, notificando-se a SEMPMA, SMCCU e investigada.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 08 de junho de 2016.

Alberto Fonseca  
Promotor de Justiça

Protocolo 251971

Processo SAJ-MP n°: 06.2016.00000186-1

RECURSOS HÍDRICOS - INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO -

OUTORGA - LICENÇA AMBIENTAL

PORTARIA N° 0004/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de denúncia oriunda do Sr. Edcarlos C. de Farias, especialista em biodiversidade e sustentabilidade, informando implantação de sistema de irrigação, sem licença ambiental e captação de água de corpo hídrico, com a utilização de uma bomba móvel, conforme fotos anexadas aos autos, por parte do Grupo Carlos Lyra, unidade USINA CAETÉ, zona rural do município de São Miguel dos Campos/AL.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente.

CONSIDERANDO a previsão legal de apresentação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a ser concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH/AL.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução n° 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

Promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução n° 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos do inteiro teor da Notícia de Fato encaminhada ao Ministério Público por via digital, bem como das fotos que acompanham.

4 - Designo o Estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil.

5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor, se houver, do processo de licenciamento ambiental do sistema de irrigação implantado na Usina Caeté, se possível, em meio digital;

6 - Designo o dia 04 de agosto de 2016, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o interessado, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto do Meio Ambiente - IMA.

7 - Requisição à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH de cópia da outorga concedida, se houver.

8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de junho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251972

SAJ MP n° 06.2016.00000198-3

Ref: Proc. PGJ n° 4634/2015

RECURSOS HÍDRICOS - ATERRO NO RIO POXIM - LICENÇA AMBIENTAL

PORTARIA N°0006/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo IMA n° 4903-3481/2015, informando que JOSÉ DE ASSIS SILVA realizou aterro na margem do rio Poxim, município de Coruripe/AL, sem a devida licença ambiental, causando danos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução n° 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução n° 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

4 - Designo o estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil.

5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor do processo nº 4903-3481/2015, em meio digital.

6 - Designo o dia 15 de agosto de 2016, às 11:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado e o Instituto do Meio Ambiente - IMA.

7 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 05 de julho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251973

SAJ MP nº 06.2016.00000197-2

Ref: Proc. PGJ nº 4637/2015

RECURSOS HÍDRICOS - ATERRO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) - LICENÇA AMBIENTAL

PORTARIA Nº 0005/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo IMA nº 4903-3453/2015, informando que a Prefeitura Municipal de Coqueiro Seco realizou aterro na margem de rio em área de preservação permanente - APP bem como efetuou extração mineral (barro) para fins de alargamento de estrada no Povoado de Cadoz, sem a devida licença ambiental, causando danos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

4 - Designo o estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil.

5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor do processo nº 4903-3453/2015, em meio digital;

6 - Designo o dia 11 de agosto de 2016, às 10:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o Instituto do Meio Ambiente - IMA e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

7 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 05 de julho de 2016.

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251974

SAJ MP nº 06.2016.00000200-5

Ref: Proc. PGJ nº 4746/2015

RECURSOS HÍDRICOS - OUTORGA - LICENÇA AMBIENTAL - PERFURAÇÃO E OPERAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

PORTARIA Nº 0007/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo nº 4903-4972/2015, informando que JAILTON DOS SANTOS MIRANDA perfurou e faz funcionar, sem a devida outorga e sem licença ambiental, dois poços artesanais de captação de água subterrânea, no bairro de Ipioca, Maceió/AL e realiza serviço de distribuição e abastecimento de água em, aproximadamente, 400 (quatrocentas) casas;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.
- 2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.
- 3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.
- 4 - Designo o estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil.
- 5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do processo nº 4903-4972/2015, em meio digital.
- 6 - Designo o dia 25 de agosto de 2016, às 11:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o Instituto do Meio Ambiente - IMA, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, a Secretaria de Saúde de Alagoas através da DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL - DIVISAM e a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL.
- 7 - Requisição à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH de cópia da outorga concedida, se houver.
- 8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 05 de julho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251975

SAJ MP nº 06.2016.00000201-6

Ref: Proc. PGJ nº 4747/2015

RECURSOS HÍDRICOS - OUTORGA - LICENÇA AMBIENTAL - PERFURAÇÃO E OPERAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

PORTARIA Nº0008/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo IMA nº 4903-4973/2015, informando que a empresa NS BEZERRA SANTOS ME perfurou e faz funcionar, sem a devida outorga e sem licença ambiental, três poços artesianos de captação de água subterrânea, no bairro de Ipioca, localidade de Sahaçuhy, Maceió/AL e realiza serviço de distribuição e abastecimento de água em, aproximadamente, 3.000 (três mil) casas;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.
- 2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.
- 3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.
- 4 - Designo o estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil.
- 5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do processo nº 4903-4973/2015, em meio digital.
- 6 - Designo o dia 29 de agosto de 2016, às 11:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o Instituto do Meio Ambiente - IMA, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, a Secretaria de Saúde de Alagoas através da DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL - DIVISAM e a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL.
- 7 - Requisição à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH de cópia da outorga concedida, se houver.
- 8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 06 de julho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251976

SAJ MP nº06.2016.00000203-8

Ref: Proc. PGJ nº 4828/2015

RECURSOS HÍDRICOS - LANÇAMENTO IRREGULAR DE EFLUENTES - LICENÇA AMBIENTAL - LATICÍNIO

PORTARIA Nº0009/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo nº IMA 4903 6342/2015, informando que a empresa A.J. DA SILVA LATICÍNIO (DA NATA LATICÍNIO LTDA.) localizada no Povoado Salgado, município de Taquarana, CEP 57640-000 faz funcionar, sem a devida licença ambiental, atividade de fabricação de produtos derivados do leite e faz o descarte irregular de efluentes industriais sem tratamento em corpo hídrico receptor;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

4 - Designo o estagiário Vinicius de Almeida para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil.

5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor do processo nº 4903-6342/2015, em meio digital.

6 - Designo o dia 02 de setembro de 2016, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o Instituto do Meio Ambiente - IMA, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL.

7 - Considerando que restou configurada a prática dos crimes ambientais previstos nos art. 56 §1º, inciso II c/c art. 60 da Lei nº 9605/98 determinamos a remessa de cópia dos autos para a Promotoria de Justiça da comarca de TAQUARANA para a adoção das providências cabíveis;

8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio.

Dê-se baixa no SIPANET.

Cumpra-se.

Maceió, 06 de julho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251977

SAJ MP nº 06.2016.00000204-9

Ref: Proc. PGJ nº 4639/2015

RECURSOS HÍDRICOS - LANÇAMENTO IRREGULAR DE EFLUENTES - LICENÇA AMBIENTAL - POCILGA

PORTARIA Nº 0010/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de documentação encaminhada pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, processo IMA nº 4903 3479/2015, informando que o sr. MANOEL MOREIRA DOS SANTOS faz funcionar, sem a devida licença ambiental, atividade de criação de porcos (pocilga) localizada na rua Coqueiral, nº 35, bairro do Rio Novo, Maceió-AL, fone: (82) 99976-8055 e faz o descarte irregular de efluentes sem tratamento em corpo hídrico receptor;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.

2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.

3 - Juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

4 - Designo o estagiário Vinicius de Almeida para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil.

5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor do processo nº 4903-3479/2015, em meio digital.

6 - Designo o dia 05 de setembro de 2016, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o Instituto do Meio Ambiente - IMA, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e a Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano - SMCCU;

7 - Considerando que restou configurada a prática dos crimes ambientais previstos nos art. 56 §1º, inciso II c/c art. 60 da Lei nº 9605/98 determinamos a remessa de cópia dos autos para o coordenador das Promotorias de Justiça Criminais de Atribuição Não-Privativa da Capital para a adoção das providências cabíveis, cientificando-se o Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do Assento 005/2010 - CSMP/AL.

8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio.

Cumpra-se.

Maceió, 07 de julho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 251978